

**ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.**

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de julho de dois mil e dois, deu-se início a Nonagésima Terceira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, presidida por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil). Presente os conselheiros titulares Maria Izabel da Silva (CUT); Joacir Della Giustina (CNBB); José Fernando da Silva (Centro de Cultura Luiz Freire); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Vicente de Paula Faleiros (CECRIA); Normando Batista Santos (ABONG); Manoel Messias Moreira da Silva (MNDH); Maria Stela Santos Graciani (PUC-SP); Ivanildo Franzosi (Casa Civil da Presidência da República); Glauber Maciel Santos (MTE) (parcialmente); Walter Antonio da Silva (Minc) e Max Halley Saudário de Lima e Silva (MP). Estiveram presentes também os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Maria Ighes Bierrenbach (MJ); Clóvis Ubirajara Lacorte (parcialmente) (Casa Civil), Júlio Boaventura Santos Matos (MRE) e Marilda Marfan (MEC) parcialmente. Tendo em vista a ausência justificada da conselheira titular não governamental representante do CFESS, foi convocado e esteve presente o conselheiro suplente Marcos Antonio Paiva Colares (OAB). Foi ainda registrado a ausência justificada da conselheira governamental representante do MS. Estiveram também presentes os conselheiros suplentes Laura Rosseti e Beatriz Hobold. O Presidente fez a abertura solene dos trabalhos em comemoração aos doze anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes na abertura o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, representantes do UNICEF, ANDI, Frente parlamentar pela Criança, Comissão dos Direitos Humano da Câmara dos Deputados, MNMMR, SEAS, FONACRIAD, IPEA, Dr. Aristides Junqueiras, e demais integrantes do Comitê de Avaliação, representantes da imprensa, adolescentes e outros. Em seguida o Secretário de Estado dos Direitos Humanos Paulo

Sérgio Pinheiro fez alusão aos doze anos do Estatuto alegando que o momento deveria ser só luminoso, porém deixou de ser-lo pela saída do Ministro da Justiça Dr. Miguel Reale Junior, considerando a sua saída extremamente lamentável, pela sua luta em favor dos Direitos Humanos. Saliou que a luta pelos Direitos Humanos é uma luta sem ponto final. O Secretário alegou ter certeza que o novo Ministro dará a mesma ênfase na luta pelos direitos da criança e do adolescente pela sua legitimidade. Ele disse que deve-se comemorar no sentido dos doze anos, mas também em termos do dinamismo da sociedade civil e do governo que tem ajudado a implantar a pauta dos direitos da criança e do adolescente. Destacou a importância dos três atos que serão assinados, pelo DCA, ressaltando a parceria com o IPEA, pelo excelente trabalho que esse órgão vem desenvolvendo ao longo dos anos no campo da pesquisa aplicada. Com relação a formação de Comitê de Avaliação ele disse ser inadiável a realização desse trabalho e a sua transparência sobre a situação em que vivem os adolescentes infratores nas unidades de internação, taxando-as como verdadeiro submundo. Ressaltou a importância da assinatura do Convênio com a Pastoral do Menor para atendimento do Programa de Liberdade Assistida, em treze localidades do país. Considera pouco, porém, poderá servir de efeito demonstrativo para recuperação da dignidade dos adolescentes infratores. Em seguida a Diretora do DCA Denise Paiva também fez referência ao Estatuto, alegando que o mesmo deixa de ser criança para entrar na adolescência, devendo ser sujeito de implementação. Neste momento o Secretário de Direitos Humanos assinou Portaria do Ministério da Justiça/SEDH criando o **Comitê de Avaliação da Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei**. Foram assinados ainda o termo de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEDH/DCA e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, para o desenvolvimento de estudos sobre a situação socioeconômica de crianças e adolescentes e das políticas públicas voltadas para este segmento e Convênio com a CNBB, para implantação/implementação das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida. Prosseguindo o

Presidente deu continuidade a cerimônia, passando a palavra à adolescente Gabriela que fez a leitura de um poema alusivo ao ECA e as adolescentes Kelly, Carina e Carol fizeram a leitura do jogral “ Carta dos Adolescentes pelo Aniversário do ECA” . O Presidente franqueou a palavra aos presentes tendo sido registrado o que segue: **1)** O Conselheiro Joacir falou do trabalho da Pastoral do Menor enfocando o trabalho através da Liberdade Assistida comunitária- Lac em um mil novecentos e oitenta e sete e que este programa deu origem a medida socioeducativa de liberdade assistida no Estatuto. Afirmou que a pastoral se sente feliz em trabalhar em parceria com o DCA. Para o conselheiro o ECA é eficaz assim como a execução da medida de liberdade assistida, daí porque aceitou o desafio em executar o Programa e poder dar a resposta de que o ECA é eficiente. Em uma breve retrospectiva ressaltou que muitas coisas deixaram de ser feitas, porém, também já houveram muitas conquistas; **2)** O Ex. Procurador Geral da República Dr. Aristide Junqueira declarou a sua felicidade pelos doze anos do Estatuto, congratulando – se com as pessoas que há muitos anos trabalham nesta área. Ele ressaltou que há pessoas que criticam o Estatuto e propõe mudanças, porém muda-se a Lei e não as pessoas. Pra ele a Lei é boa, é eficaz e não há o que se mudar. E preciso que haja uma revolução dos meninos que estão confortavelmente em casa para que eles aprendam a conviver com os outros meninos. Dr. Aristides falou da importância da sua participação no Comitê de Avaliação no sentido de dar a sua contribuição. Mais uma vez saudou dizendo que o objetivo da preocupação de todos deve-ser sempre a criança e o adolescente; **3)** O Diretor do IPEA falou da alegria em participar desta solenidade e estar assinando o Termo de Cooperação. Salientou as parcerias que vem sendo realizadas com a SEDH, inclusive atuando como Secretaria Executiva do Programa de Ações Afirmativas do Ministério da Justiça, que trata dos direitos da população negra, das mulheres e dos portadores de deficiência. O Diretor destacou ainda os avanços dos Direitos Humanos no país nos últimos anos e principalmente depois que o Dr. Paulo Sergio assumiu a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **4)** O representante do Presidente da Comissão de

Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Sr. Jorge, parabenizou o ECA pelos seus doze anos e ressaltou que o mesmo só pode ser mudado se for para acrescentar conquistas. Colocou a Comissão a disposição na luta para que não haja retrocessos; **5)** A representante da Frente Parlamentar pela Criança Sr<sup>a</sup>. Kátia, informou que a Deputada Rita Camata reafirmou a sua luta e a sua militância em favor da criança e do adolescente e transmitiu ainda a sua preocupação com relação a Comissão de Segurança Pública que está propondo grandes mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente . Ela ressaltou que o Estatuto é mérito da sociedade juntamente com os parlamentares. **6)** A representante do UNICEF, Sr<sup>a</sup>. Elena Oliveira argumentou que os doze anos do ECA foram marcados pelos desafios e agora o Estatuto está entrando na adolescência com outros desafios que são o rebaixamento da idade penal e o preconceito e que não se pode perde-los de vista; **7)** A representante da SEAS, Sônia Maria falou da sua emoção em participar deste evento pela sua luta de tantos anos, (desde a época da FUNABEM), ressaltando as coisas boas que aconteceram desde a década de oitenta. Disse estar emocionada pela historia lhe ter reservado este momento; **8)** O Coordenador Nacional do Fórum DCA IR. Vicente ressaltou a importância do Fórum Nacional, pela qualidade e intervenção da sociedade nessa luta. Para ele o Estatuto ainda não chegou ao coração de quem trabalha com o adolescente infrator, salientando que o mesmo tem de ser um trabalho de qualidade. O conselheiro Vicente Faleiros alegou que os doze anos do Eca são símbolos de contradições, da pesquisa, dos desafios. Com relação a educação não basta ter vagas é preciso ter qualidade e que é preciso repensar o processo pedagógico. Com relação a violência é preciso pensar nas instituições adequadas. Alertou que é preciso repensar a questão da gravidez na adolescência, na questão das drogas e do narcotráfico, na questão do orçamento, do emprego, pois não pode ter crianças e adolescentes com dignidade sem emprego para os pais; **9)** O Presidente do FONACRIAD Manoel Carlos Formigle parabenizou o DCA pela criação do Comitê e a sua importância para os Estados, tendo em vista a falta de vontade política para as transformações necessárias; **10)** A

conselheira Jussara cumprimentou os meninos e meninas e demais participantes e em seguida fez uma retrospectiva ressaltando os caminhos percorridos para a aprovação do ECA, alegando ter sido uma verdadeira revolução no país, onde o ECA era discutido com os meninos nas ruas, nas praças nas periferias, etc... Ela reafirmou que é com muita emoção que comemora-se esta data porque ela foi vivida intensamente e que continua a fazer história. Para Jussara, ainda há muito que fazer, mas também para comemorar, e que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua quer continuar a luta para a construção desse sonho e dessa história . Em seguida fez uma breve apresentação da programação das comemorações sobre o ECA no Distrito Federal. **11)** O Conselheiro Marcos Colares falou da sua emoção mas no nível da sedução. Ele fez uma breve retrospectiva da sua trajetória na área dos direitos humanos, sendo a mesma mais voltada para as áreas da violência e segurança pública. Após o surgimento do ECA a OAB começou a discutir a questão da criança e do adolescente e achou que poderiam fazer um trabalho diferente e que estava na lei, que é lutar pelo cumprimento da Constituição no que diz respeito a **Prioridade Absoluta**. O conselheiro disse que fica uma responsabilidade para o CONANDA, alertando para que as mudanças necessárias sejam sempre em defesa dos direitos da prioridade absoluta e da sociedade;

**12)** A conselheira Maria Stela, alegou que todas essas considerações neste momento de festa, alegria, comemorações são de fortalecimento da luta pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Falou de três idéias que pudessem significar o que ela estava sentido em participar deste ato. A primeira idéia veio de Eduardo Galeano no seu livro. “ Livro do Abraço - História de Diego,” que como todas as crianças do mundo e do Brasil tem desejos e o dele era conhecer o mar. Certo dia, depois de muitas dificuldades e bloqueios, juntamente com o seu pai chegaram ao pico de uma duna e ele se extasiou de tanta beleza e ternura e pediu ao pai que o ajudasse a olhar o mar. Ela fez uma comparação com a função do conselheiro e de outros profissionais a ajudar a olhar o mundo, a criar e construir uma nova sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária. A segunda idéia veio de

Paulo Freire alegando que ele chamava de profeta todos os que lutam, que militam, que tem uma mística, dizendo que o profeta tem que analisar o caus e projetar a utopia. Para Paulo Freire, o educador, o médico, o profeta é um ser histórico, radical e molhado do seu tempo. A terceira idéia veio de Dom Helder Câmara quando ela pediu uma mensagem para levar às pessoas que lutam, que sonham, que tem garra e que façam parte do apoio e estímulo junto a crianças e adolescentes. Dom Helder deixou esta mensagem “ Vocês ajudem o vô das crianças e dos adolescente mas jamais se atrevam a tornar o lugar das suas asas”; **13)** A conselheira Maria Izabel reafirmou o compromisso da CUT, não só na luta pela erradicação do trabalho infantil, mas na luta pela implementação do ECA. A conselheira falou que a convite de uma criança de onze anos de favela de São Paulo foi assistir uma apresentação do **Balé Stangium**. A peça teatral foi apresentada por quarenta e três crianças e adolescentes de escolas públicas das periferias de São Paulo e no meio da peça o grupo parou e fez uma leitura poética do Estatuto da Criança e do Adolescente. A conselheira fez a leitura do texto poético do ECA e em seguida fez uma capela da musica “ Crianças Abandonadas “. Com muita emoção e parodiando a letra da musica a conselheira encerrou sua fala afirmando que o CONANDA está aqui para mudar este país. O Presidente encerrou a homenagem alegando que as demonstrações nesta manhã foi um pouco da historia desses doze anos do ECA e uma amostra do Sistema de Garantia de Direitos nos seus avanços e nos seus retrocessos. Agradeceu a todos pela participação e em seguida passou a palavra à Vice Presidente Maria Ignês Bierrenbach. A conselheira cumprimentou os presentes dizendo que se sentia gratificada por estar participando desta celebração, pelas conquistas e avanços em relação a política da infância e adolescência e também pela luta em superar as dificuldades encontradas. Falou deste momento importante de festa de alegria e de resgate da historia, fundamentada no compromisso e na luta. Reafirmou a sua crença e convicção no redesenho institucional formulado pelo ECA, no qual o CONANDA é expressivo. Acredita que a sociedade civil organizada junto com o governo poderão avançar, porque a sociedade

tem a força e governo o poder institucional, ressaltando a importância dos Conselhos para que as políticas públicas cheguem às bases da sociedade. Finalizando, ela disse que há momentos de chegada e momentos de partida e que este era o momento da partida. Ela se despediu agradecendo a receptividade que teve no CONANDA, pelo prestígio e importância que todos lhe deram, em função do papel que vem desempenhando na luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente. **II Aprovação da Pauta** – Após o encerramento das comemorações o Presidente submeteu a Pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada com alterações pertinentes. **III – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas.** As Comissões Temáticas se reuniram no final da manhã e início da tarde para tratarem de assuntos relacionados as suas áreas de atuação. **IV – Relato dos trabalhos das Comissões Temáticas; 1- Comissão Temática de Políticas Públicas** – A conselheira Maria Izabel registrou o seu protesto em fazer a relatório dos trabalhos tendo em vista a ausência dos conselheiros governamentais na Comissão . Com relação a averiguação da denúncias do livro com cunho pornográfico, disponível nas escolas públicas com subsidio do MEC, foi informado que a conselheira Marilda fez a pesquisa junto a Comissão do livro Didático do MEC e o retorno é de que o livro citado não faz parte da lista de livros indicados pelo MEC, porém a Secretária de Estado da Educação pode fazer outras relações de livros para comprar. A conselheira Maria Izabel ressaltou que fez pesquisa em quatro escolas do município de São Paulo e o livro encontra-se a disposição nas bibliotecas das mesmas e em quatro escolas do município de Campinas – SP e que a Direção dessas escolas se recusaram a trabalhar com o mesmo. A Comissão definiu pelo encaminhamento da denuncia à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, solicitando informações e providências. Com relação aos materiais de divulgação do PETI a conselheira informou que já providenciou a redação do ofício a ser encaminhado. No que tange a discussão sobre o Estatuto do Índio e a criação de Conselho Tutelar na reserva indígena, o conselheiro Osvaldo informou que fez uma leitura do Estatuto, verificando que o mesmo nada tem que possa ferir o ECA , também

informou que não destaca as conquistas de direitos presente no ECA. Tendo em vista a importância do assunto o Conselho aprovou em aprofundar o tema no primeiro dia da próxima plenária do mês de agosto, convidando para o debate representantes do Conselho Indigenista Missionário da CNBB-CIMI a FUNAI, a Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI e o advogado Paulo Guimarães. Quanto ao documento recebido da Confederação Nacional do Comercio solicitando informações sobre as profissões possíveis para realização de aprendizagem de acordo com a Lei número dez mil e noventa e sete, a conselheira Maria Izabel ficou responsável pela elaboração de documento contendo as informações necessárias. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos os trabalhos da Comissão foram suspensos para participação dos seus integrantes na Audiência com o Senhor Ministro da Educação para entrega do **Pacto pela Paz** e dos Anais da Quarta Conferência Nacional;

**2) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas** – A conselheira Maria Stela fez o relato dos trabalhos primeiramente informando sobre a liberação de parte dos recursos do FNCA que estavam contingenciados, pelo Senhor Ministro da Justiça Miguel Reale Junior, bem como a aprovação do Credito Suplementar pelo Congresso Nacional, para utilização dos recursos da Petrobrás, tendo sido informado pelo Presidente que este credito orçamentário poderá ser contingenciado novamente pelo Ministério do Planejamento. O assunto foi amplamente debatido, tendo sido aprovado que os conselheiros Walter e Max farão Nota Técnica ao Ministro da Justiça fundamentando a necessidade premente desses recursos e a importância do seu não contingimento. O conselheiro Walter sugeriu que fossem anexados à justificativa a relação dos projetos a serem atendidos. Com relação ao Projeto recebido da Pastoral da Criança, o conselheiro José Fernando sugeriu enviar correspondência à Pastoral explicando as razões da suspensão da Resolução do CONANDA número setenta e seis. No tocante a aplicação dos recursos recebidos da Petrobrás o assunto foi amplamente debatido pela plenária tendo sido definido que os mesmos serão aplicados para implementação do Sistema de Garantia de Direitos através dos Eixos números sete do **Pacto**



**pela Paz** no que tange: **a)** criação e qualificação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares em um Estado do Nordeste, um Estado do Norte e um Estado do Centroeste, Os recursos deverão ser repassados à ONG's desses Estados que estiverem legalmente constituídas. Para seleção dos Estados considerou-se que nessas Regiões o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente se encontra mais fragilizado, e que existem poucos recursos financeiros disponibilizados para a consecução dos objetivos propostos nas Diretrizes Nacionais do CONANDA na área dos Conselhos. Foi considerado ainda os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humanos – IDR, o maior número de município com crianças e adolescentes em situação de risco, segundo dados do SIPIA e da REBEDIA – Pastoral da Criança, o baixo índice de criação e funcionamento de Conselhos de Direitos e Tutelares, dados do SIPIA no Caderno DCA/MJ e Estados que não tenham recebido recursos da Petrobrás nos Fundos de Direitos. As conselheiras Maria Izabel e Beatriz, ficaram incumbidas para seleção dos Estados dessas Regiões. Ficou também definido que a Comissão de Políticas Públicas será responsável pelo projeto e pelo acompanhamento dos recursos e que as sugestões sobre o projeto deverão ser enviadas no máximo até o dia trinta e um de julho. Foi ainda traçado cronograma de ações para a comissão; **b)** Ainda com relação aos recursos da Petrobrás foi aprovado manter parceria com a ANDI para divulgar através dos meios de comunicação social, o Estatuto da Criança e do Adolescente, com destaque para o papel dos Conselhos de Direitos e Tutelares. Quanto aos critérios os mesmos serão definidos posteriormente. No que se refere aos Encontros Regionais sobre Medidas Socieducativas foram definidas novas datas, sendo que na Região Norte será no período de três a cinco de setembro na cidade de Belém do Pará e na Região Sul no período de nove a onze de outubro (impreterivelmente), na cidade de Porto Alegre. Com relação aos recursos disponíveis para o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, foi aprovado que a Comissão estabeleça os critérios para a sua aplicação considerando os Estados em que as medidas em meio

aberto não estão sendo implementadas, devendo ser selecionados no máximo três Estados. O Presidente informou sobre os recursos que serão liberados pelo DCA/MJ para a realização do VI Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, Municipais ( das capitais) e Tutelares, bem como para impressão de publicações específicas sobre direitos de crianças e adolescentes, para subsidiar o desenvolvimento de ações nos Estados e Municípios. Os recursos serão liberados através de convênio com ONG. O evento será realizado no período de 10 à 12 de setembro, na cidade de Brasília, em local a ser definido e será coordenado por GT especialmente criado. A relatora informou sobre o recebimento de Projetos do Estado do Amazonas para implantação de Pólos descentralizados de Liberdade Assistida Comunitária e que o mesmo estava fora do prazo previsto. O conselheiro Normando ficou responsável pelo parecer para a próxima plenária. Os projetos que chegaram fora do prazo, referente a Estado e Municípios somente poderão ser atendidos após o período eleitoral. Foi informado ainda que o projeto do Acre não foi contemplado pelo DCA/MJ por razão de parecer de mérito insuficiente. Finalizando, o conselheiro Vicente fez um breve relato sobre a sua visita ao Estados do Piauí, juntamente com a Diretora do DCA. Dr<sup>a</sup> Denise Paiva, atendendo denúncias sobre o precário atendimento do adolescente infrator no Estado. Foi aprovado enviar correspondência ao Serviço Social do Estado, solicitando a agilização da reforma e a apresentação do projeto pedagógico, ficando o conselheiro Vicente responsável pela elaboração do documento. Ficou ainda estabelecido que se não houver avanços até a próxima plenária em relação ao solicitado, o conselheiro Marcos Colares deverá ir ao Estado para acompanhar a situação. Finalizando, foi aprovado pela plenária que o saldo de recursos da parceria CONANDA/ Empresa Brasileira da Correios e Telégrafos, será utilizado para confecção da publicações referentes ao trabalho infantil, ficando a conselheira Maria Izabel responsável pelas informações relativas aos documentos a serem impressos; **3) – Comissão de Articulação/Comunicação** – O conselheiro José Fernando fez o relato dos trabalhos informando

que as pendências afetas à Comissão foram efetivadas pelos conselheiros Messias e Fernando. Com relação a pendência sobre a moção ao Ministério Público para a criação e funcionamento de Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos, a mesma também foi sanada com a elaboração do texto pela conselheira Laurra. A Comissão recebeu vários expedientes aos quais foram dados os encaminhamentos que seguem: **a)** Convite para o II Encontro Nacional de Educação Social, na cidade de Maringá - PR - enviar agradecimentos; E-mail de Advogado afirmando que o comunicado do CONANDA sobre a programação da TV brasileira é inócuo. Os conselheiros Fernando e Marcos irão respondê-lo com base na finalidade do comunicado **b)** Solicitação de apoio técnico, financeiro e logístico da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, para realização do V Encontro Estadual dos Conselheiros Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente nos municípios de Contestado e Curitiba, tendo sido aprovado pela Comissão apenas o apoio técnico do CONANDA; **c)** solicitação de apoio institucional da ECAPRESS através da logomarca do CONANDA, link com o site do CONANDA e ampliação da rede de contatos. A solicitação foi aprovada, ficando a Secretária Executiva responsável pelo contato informando a decisão; **d)** Recebimento de e-mail de pai cubano residente na cidade de Campinas- SP, impedido de conhecer e visitar o filho que mora em Cuba. Os conselheiros Laurra e Júlio elaboraram ofício ao interessado com a indicação de órgão e autoridades competentes para viabilizar a solução do caso. A Comissão apresentou minuta de Resolução CONANDA e CNAS tendo a mesma sido aprovada por todos. Com relação a demanda do Primeiro Congresso Nacional dos Conselheiros Tutelares, o relator informou que há necessidade de estudo mais aprofundado sobre a proposta. A Comissão entende que o plano deve ser extensivo ao Sistema de Garantia de Direitos e não só para o Conselho Tutelar. Os conteúdos devem ser em três níveis: básico, médio e avançado, devendo considerar as diferentes metodologias, com destaque à participativa. Ressaltou ainda que o processo deve ser contínuo, deve levantar as experiências e preparar questionário para levantamento de dados. O assunto foi

amplamente discutido, tendo sido registrada as proposições que seguem: **a)** O conselheiro Marcos propôs a implantação de programa de capacitação a distância a nível nacional e que o CONANDA deve ser parceiro nesta ação; **b)** A conselheira Rachel demonstrou preocupação alegando estar havendo uma inadequação da atuação dos conselheiros tutelares. Para ela há necessidade de planejamento adequado considerando o número de conselheiros existentes; **c)** O conselheiro Fernando propôs a capacitação também aos Conselhos de Direitos, para avançar nesta construção, alegou que não há diagnósticos nos municípios e que o funcionamento dos Conselhos Municipais não está bem; **d)** O conselheiro Messias acha que não se pode investir só nos aspectos técnicos e que deve-se pensar na questão da autogestão da aprendizagem. Ressaltou o plano de capacitação deve ser pensado através de uma visão sistemática; **e)** O conselheiro Clovis falou das dificuldades que os conselheiros Tutelares encontram no relacionamento com as instituições, como saúde, educação, justiça, Ministério Público, etc... O Presidente ressaltou a importância das propostas e encerrou a discursão propondo a criação de um plano nacional de capacitação. No que diz respeito a regulamentação da função de conselheiro tutelar e a criação do Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, o conselheiro Messias ficou responsável em colher informações junto aos conselhos tutelares. Neste sentido, a conselheira Maria Izabel informou que irá verificar se a Associação Nacional dos conselheiros tutelares já não entrou com o projeto no Congresso Nacional. Sugeriu que esta discussão ficasse para a próxima plenária. Foi solicitado à Comissão projeto para a realização do II Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, ficando a conselheira Laurra responsável para responder o assunto. O Conselheiro Vicente ficou responsável pela análise do pedido de formulação de metodologia do trabalho do Conselho Tutelar, tendo em vista a especificidade do assunto. O relator informou ainda os assuntos pendentes para a próxima plenária;

**a)** Secretaria Executiva se articular com a ABMP para se manifestar com relação ao parecer sobre Comissários de Menores; **b)** O conselheiro Fernando irá resgatar as pendências de Mogi das Cruzes;

c) Com relação ao envio de propostas ao Conselho Nacional de Comunicação Social a Comissão sugeriu aguardar o funcionamento do referido órgão; d) O conselheiro Marcos ficou responsável pela análise do Conselho Tutelar de Macaé – RJ; e) O conselheiro Fernando e a Coordenadora do SIPIA, Silvia Arruda irão produzir resposta sobre as denúncias de extinção do Núcleo do SIPIA – SP, fundamentando –se no Convênio firmado entre o DCA/MJ e o Estado. **IV – Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Nonagésima Segunda Assembléia Ordinária do CONANDA.** A Ata da Nonagésima Segunda Assembléia não foi apresentada pela Secretaria Executiva por acúmulo de serviço. A mesma será apresentada na assembléia do mês de agosto. **V - Assunto Gerais – 1) –** O conselheiro Normando informou que a Comissão de Legislação está elaborando Resolução contendo as suas normas de funcionamento. Informou ainda sobre o recebimento de dois processos da Coordenação Geral de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, para parecer sobre autorização de funcionamento de entidade estrangeira. O encaminhamento é pela devolução dos processos com a informação de que este Colegiado é um órgão de caráter normativo e não tem competência para manifestar sobre concessão de autorização de funcionamento de entidades civis; **2) –** A conselheira Rachel informou sobre o ato público a ser realizado no dia vinte e sete de julho, promovido pela Sociedade Brasileira de Pediatria; **3) O** conselheiro Júlio expôs a sua dificuldade em acompanhar todas as reuniões que vem acontecendo para efetivar o funcionamento do Conselho de Direitos do Distrito Federal. Ele solicitou que haja um revezamento entre os conselheiros governamentais e que seja feito relatório de participação para o devido acompanhamento da situação, tendo a proposta sido aprovada por todos; **3) Convite do CONDECA-SP para participar do Colóquio “Cidadania e Justiça no Processo Socioeducativo** a ser realizado no dia dez de agosto com a palestra sobre as Diretrizes Nacionais do CONANDA. Foram indicados os nomes das conselheiras Rachel ou Kênia para representar o CONANDA no evento; **4) O** conselheiro Normando submeteu à plenária a minuta do Edital de Convocação da Sociedade Civil para o sexto

mandato do CONANDA, gestão dois mil e três e dois mil e quatro, a realizar –se no dia sete de novembro de dois mil e dois, no Ministério da Justiça, tendo a mesma sido aprovada com correções pertinentes. A Secretaria Executiva ficou responsável pela oficialização ao Ministério Público Federal; **5)** O Presidente informou sobre a agenda nacional conjunta com o CONANDA/DCA/MNMMR. Nesta ação serão atendidos vários projetos para fortalecimento de ações em comemoração aos doze anos do ECA. A conselheira Maria Izabel registrou que a Diretora do DCA Denise Paiva abriu mão da Proposta Paz nas Escolas para atender a demanda do CONANDA. A Diretora irá buscar outras alternativas para atender o Programa Paz nas Escolas. A Diretora informou ainda sobre a demanda do DCA e as prioridades estabelecidas, de acordo com as necessidades, ressaltando a valorização dos Conselhos a Diretora ressaltou ainda sobre a necessidade de elaboração de agenda mais afirmativa com o CONANDA; **6)** O conselheiro Vicente informou sobre sua participação na reunião convocada pelo Ministério das Relações Exteriores para elaboração do Relatório de Pais: O Presidente falou da necessidade de emissão de Resolução delegando à Comissão de Políticas Públicas para o acompanhamento do Relatório da ONU; **7)** A conselheira Maria Izabel informou sobre o andamento dos Trabalhos da Comissão do Trabalho Infantil Domestico, dizendo que já foi construída a contextualização das ações e no mês de agosto será realizada oficina, para posteriormente iniciar um processo de discussão com os parceiros e que será apresentado um projeto piloto para monitoração , com instrumentais para serem aplicados aos usuários do PETI, tendo o prazo sido estendido até dezembro de dois mil e dois; **8)** O conselheiro Glauber informou que no dia doze de junho foi comemorado em Genebra o Dia Mundial do Trabalho Infantil e que ele esteve presente representando o Governo brasileiro. Informou sobre o evento “trabalho infantil” na cidade de Buenos Aires, onde estavam presentes o MTE, MPAS e CUT. Informou ainda sobre o Seminário Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado de Rondônia, sobre o Seminário Internacional Trabalho Infantil no estado de

Roraima, sobre a Reunião Ampliada do fórum Nacional na Cidade de Vitória -.ES e sobre evento para discutir o trabalho infantil na cidade de Ribeirão Preto-SP a) O conselheiro Fernando informou sobre a sua participação em evento da Fundac – PE para discutir as medidas socioeducativas no Estado; 10) A conselheira Maria Izabel informou que a Subcomissão sobre o trabalho escravo infantil entregou uma agenda sobre o trabalho infantil, visto que nessa Comissão só é discutido o trabalho forçado e que o DCA convocou a reunião para tratar do assunto. No documento foram elencados os pontos necessários para erradicar o trabalho infantil. A conselheira entende que do ponto de vista do CONANDA não faz sentido discutir outras questões que não sejam o trabalho infantil na referida comissão. O Presidente encerrou os trabalhos ressaltando mais uma vez as comemorações dos doze anos do ECA, seus avanços e suas conquistas. Ressaltou as conquistas obtidas com a liberação de recursos do orçamento pelo Ministro da Justiça Reale Junior. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA  
Presidente do CONANDA